

Grândola à janela e polícia na rua. Como foi o lockdown em Portugal

Estado de Emergência no país durou três semanas. Exército e polícias desempenharam papel norteador, facilitado pelo consenso social e a disposição da população para acatar as medidas de isolamento

Susana Durão

12 de maio de 2020

FOLHAPRESS/FOLHAPRESS



Portugueses já iniciaram processo gradual de reabertura econômica

“Grândola, vila morena, Terra da fraternidade, O povo é quem mais ordena, Dentro de ti, ó cidade” foi cantada à janela no dia 25 de abril de 2020, por centenas de pessoas em Lisboa, que gravaram seus vídeos caseiros e os compartilharam nas redes sociais. Essa foi a [canção](#) escolhida pelo [Movimento das Forças Armadas](#) (MFA) como uma das senhas de sinalização da [Revolução dos Cravos](#), e que ficou notoriamente conhecida na voz de [José Afonso](#). Este ano, em *lockdown*, a canção foi simbolicamente entoada por toda uma série de artistas internacionais. No Parlamento, as comemorações oficiais desta data, que reinaugurou a democracia em 1974, foram sóbria e cuidadosamente realizadas. A imagem de uma solitária idosa, eventualmente militante de esquerda, caminhando com a bandeira na avenida que todos os anos se enche de gente e vozes, ficará certamente para a história.

O estado de emergência foi decretado em Portugal a 19 de março, a partir de uma espécie de pacto de regime entre o presidente da República, o Governo, o primeiro-ministro e os parlamentares. Contrainstintivamente, apenas o partido comunista se manifestou desfavorável por não concordar com a restrição às liberdades individuais que derivariam da decisão política. Mas o tom geral, entre políticos e a sociedade seria, até ao momento, de cumprimento das diretivas da Organização Mundial da Saúde e apelo à prevenção na propagação da pandemia global. Os resultados apresentados relativos ao contágio por COVID-19 – 27.581 confirmados, 2.549 recuperados e apenas 1.135 óbitos – confirmam a colaboração social no país.

O estado de Emergência durou três semanas e acabou dia 2 de maio. Neste, o Exército e as polícias têm desempenhado um papel norteador, muito facilitado pelo consenso social e a disposição da população para acatar as medidas de isolamento social. As forças armadas têm prestado auxílio, junto com um conjunto de organizações não governamentais, em serviços de desinfeção nas escolas e lares de terceira idade, onde há maior risco de contágio, e ainda na distribuição de alimentos aos mais carenciados, que não param de aumentar.

A diminuição da criminalidade violenta em 42% durante a pandemia de COVID-19 contribuiu para facilitar o trabalho das polícias nas cidades. Os crimes com decréscimo mais acentuado foram os de furto por carteirista, ofensa à integridade física simples, roubo na via pública e furto em residência. As burlas com fraude bancária e o abandono de animais sofreram um aumento. Mas uma das dimensões menos controladas, e difícil de medir, é a violência contra mulheres que, como noutros países, assola Portugal e as suas polícias.

No mundo, como em Portugal, o número de queixas à polícia aumentou entre 25% e 40% nos últimos meses. “Sabemos que os confinamentos são essenciais para suprimir a COVID-19, mas podem encurralar as mulheres com parceiros abusivos”, escreveu no Twitter António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas. Este vem pedindo às autoridades e forças legais que invistam no aumento de serviços *online* mais eficazes para conter aquela que é hoje chamada a “epidemia escondida”, já que o isolamento social expõe, mais que nunca, as vítimas aos agressores.

O relativo sucesso da atuação policial no apoio à contenção do contágio não resulta apenas do consenso conjuntural face à pandemia. Este faz parte de uma aposta história e de longa duração no chamado Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP). Remonta a quase duas décadas a aposta das polícias portuguesas em programas de prevenção da criminalidade e atuação junto a grupos e situações de risco. Programas como “comércio seguro”, “escola segura”, “significativo azul” (para apoio a pessoas com deficiência) e, sobretudo, a pronta resposta a casos de violência doméstica, afetam a reputação e facilitam o apoio do policiamento à ordem de governo em tempo de crise pandémica. Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícias Municipais desempenharam assim um papel relativamente discreto, e sem notas de violência ou perseguições, no controlo e fiscalização da mobilidade, impedindo o transito entre concelhos (*NR: divisão administrativa de distritos*), principalmente aos fins de semana.

O mais ténue, mas ainda temeroso, estado de calamidade começou em maio, flexibilizando progressivamente o isolamento social. As lojas irão abrindo suas portas, cabeleireiros e outros comércios terão frequência limitada. Não podem deixar de existir, em permanência, quatro mil leitos hospitalares livres para doentes infetados pelo COVID-19. Enquanto escrevo estas linhas, menos de mil leitos estão ocupados, o que possibilita um desconfinamento gradual. Foram abertas as escolas infantis e irão abrir, gradualmente, as demais escolas e universidades. Em seguida serão abertos ao público os restaurantes e, talvez em junho, haverá partidas de futebol à porta fechada. A incógnita está em saber como se vai dar o acesso às praias na época estival, mas já é definitiva a proibição dos famosos festivais de verão que todos os anos têm lugar pelo país. Para Portugal, a quebra no turismo foi e seguirá sendo dramática. A nível europeu está em curso um processo de apoio especial para empresas de aviação e agências de viagens.

Em todas as polícias, como no exercício político em geral, há uma linha ténue entre governo democrático e abuso de poder. Depois dos cuidados sanitários e da emergência social, surge agora um outro desafio: resistir a tentações autoritárias, nostalgia do estado de emergência e moralização das liberdades. Vai ser preciso moderar nos polícias, nos políticos e em os cidadãos e cidadãs a paixão pela ordem dos comportamentos de modo a que não coloquem em risco os plurais arranjos democráticos.

Susana Durão

Professora de Antropologia da UNICAMP-IFCH e Diretora da Secretaria de Vivência dos Campi (SVC-UNICAMP)

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-1-seguranca-no-mundo-8o56u-ycqrt-sc24r-tafaf-6gr5n-vibpm-2jr9s-n6aes-q5227>

